



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
ESTADO DO PARANÁ

**PARECER**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Matéria:** Projeto de Lei nº 33/2024.

**Data:** 05 de junho de 2024

**Autoria:** Poder Legislativo

**Súmula:** "INSTITUI A CAMAPANHA "EU FREIO PARA ANIMAIS" NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO."

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 33/2024, de autoria da Vereadora Cléa Oliveira, institui a campanha "Eu freio para animais" no âmbito do Município de Campo Largo.

Assim, o Projeto de Lei encontra-se nesta Comissão, em atendimento às normas regimentais que disciplinam sua tramitação, estando, portanto, sob a responsabilidade desta Relatoria, para que seja exarado o parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade.

É o relatório.

**PARECER**

A matéria é de competência destas comissões para elaboração do referido parecer, nos termos do artigo 42, I do Regimento Interno, da Câmara de Vereadores.

Quanto à sua iniciativa, a proposição em exame tem suporte legal no art. 30, inciso I da Constituição Federal, o qual dispõe que o Município tem competência para legislar sobre assuntos locais e suplementar a legislação federal e estadual no que lhe couber. Vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
ESTADO DO PARANÁ

Por fim, a proposição apresenta boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001.

Logo, a matéria está apta para ser inserida no ordenamento jurídico municipal.

**CONCLUSÃO**

Em face do exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, o Projeto de Lei do Legislativo n.º 33/2024 reveste-se de boa forma constitucional, é de competência municipal, conforme cita o artigo 30, da Constituição Federal, goza de boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a legislação pertinente e, portanto, merece prosperar.

Por isso, vota-se pela sua adoção.

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

As Comissões competentes em reunião realizada no dia 05 de junho de 2024, opinaram pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, pela **ADOÇÃO** do Projeto de Lei do Legislativo nº 33/2024.

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**MÁRCIO BERALDO**  
Presidente

**SARGENTO LEANDRO CHRESTANI**  
Relator

**ALEXANDRE GUIMARÃES**  
Membro



Por fim, a proposição apresentada aos órgãos legislativos nos moldes do

**APROVADO**

Em 1ª discussão.

Sala das Sessões 10 de 06 de 2024

Presidente

Logo, a matéria esta apta para ser incluída no ordenamento jurídico

municipal.

**APROVADO**

Em 2ª discussão.

Sala das Sessões 17 de 06 de 2024

Presidente

Em face do exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar

o Projeto de Lei do Legislativo nº 33/2024 reveste-se de boa forma constitucional e de  
competência municipal, conforme ora o art. 60 da Constituição Federal, uma vez que os  
termos legais e nos moldes de que recomendada a legislação ordinária e, portanto,

matéria proposta.

Por isso, vota-se pela sua aprovação.

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

As Comissões competentes em matéria realizada no dia 05 de junho

de 2024, opinaram pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e pela  
ADOÇÃO do Projeto de Lei do Legislativo nº 33/2024.

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

MARCIO BERALDO

Presidente

ALEXANDRE GUIMARÃES

Membro

SARGENTO DE ALFARO CHRISTIANI

Membro